

JUVENTUDE, PESQUISA E EDUCAÇÃO*

Marília Pontes Sposito
Faculdade de Educação -USP

A produção de conhecimento na área de Educação, sobretudo aquela derivada dos Programas de Pós-Graduação, demanda a intensificação de estudos que permitam aferir sua trajetória, realizar avaliações críticas e propor novas possibilidades de investigação. Além dos trabalhos dedicados a uma avaliação global da pesquisa na área (Gatti, 1983; Warde, 1993), há alguns anos temas já consolidados vêm sendo objeto de investigação, estabelecendo os principais contornos da pesquisa e oferecendo, ao mesmo tempo, profícuas orientações para o desenvolvimento de novos estudos, como é o caso dos balanços sobre Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos, Formação de professores, Trabalho e Educação, entre outros.

Produzir um Estado do Conhecimento sobre o tema da Juventude na área da Educação, constitui, de certa forma, um desafio. Trata-se de um objeto de estudo ainda pouco consolidado na pesquisa, não obstante a sua importância política e social. Sendo várias as fontes possíveis, tornou-se necessário estabelecer alguns recortes que permitissem a realização de um primeiro diagnóstico capaz de oferecer um conteúdo relevante e estimular novos estudos. Optamos, assim, por traçar um balanço exaustivo da produção discente da Pós-Graduação em Educação de 1980 a 1998¹. Trata-se de um período importante, pois marcou profundas inflexões na produção acadêmica, derivadas do intenso crescimento dos cursos de pós-graduação na área da educação e da consolidação de algumas instituições e grupos de pesquisadores vinculados aos Programas de Pós-Graduação e à ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

* Este artigo introduz o relatório final da pesquisa financiada pelo INEP: Estado do conhecimento – Juventude, atualmente no prelo para publicação. Foram membros da equipe: Ana Paula Corti, Juarez Ana Paula Oliveira Corti, Juarez Dayrell, Maria Carla Corrochano, Maria Cecilia Cortez C. de Souza, Marilena Nakano e Paulo Cesar Rodrigues Carrano. Uma primeira versão, a partir de dados preliminares da pesquisa, foi publicada na Revista Brasileira de Educação (SPOSITO, 1997).

¹ A formação do banco de teses e dissertações foi possível com o apoio financeiro da FAPESP e CNPq. O grupo de pesquisa também realizou levantamento da produção discente em Ciências Sociais, recobrando os Programas de Pós-Graduação do eixo Rio – São Paulo, além das seguintes universidades: UFMG, UFRGS, UFSC. Um balanço preliminar dessa produção encontra-se em HADDAD e SPOSITO (1999).

Inicialmente, torna-se necessário considerar que os problemas da análise da produção de conhecimento sobre juventude recobrem um elenco significativo de questões que incidem, principalmente, sobre o próprio tema eleito para investigação e sua eventual presença nos estudos que constituem o campo da pesquisa educacional.

Para Mauger, o trabalho “aparentemente inocente, técnico, de constituição e de apresentação de uma bibliografia, de recenseamento de unidades de pesquisa, de pesquisadores e de trabalhos em curso, coloca um primeiro problema clássico: o da delimitação do domínio dos objetos” (1994, p.6). Buscando oferecer um quadro amplo do estado das investigações sobre os jovens na França, esse pesquisador evidencia as dificuldades presentes nesse intento, pois a primeira questão que se apresenta é a da própria definição da categoria juventude, considerada “epistemologicamente imprecisa”.

Poderíamos concluir que, aparentemente, os pesquisadores interessados em estudar e realizar balanços sobre o tema da juventude estariam diante de uma situação paradoxal de difícil resolução. De um lado, qualquer investigação em torno da produção de conhecimento exigiria, como pressuposto, a eleição de uma definição, ainda que provisória, do objeto de estudo de modo a orientar os critérios de seleção. De outra parte, como afirma Mauger, para formular essa categorização inicial as dificuldades não são desprezíveis, pois seria quase impossível recorrer a um uso da categoria juventude que se imporia de modo igual a todos os pesquisadores. Assim, se para ordenar fosse preciso recorrer a critérios comumente utilizados e se, de fato, é problemática a adoção desse mínimo já estabelecido, estaríamos diante de um impasse de difícil resolução.

Uma das formas de resolução desse impasse, para tornar exequível o empreendimento investigativo, reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem enquanto sujeitos são históricos e culturais. A juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação (PERALVA, 1997). Assim sendo, os estudos podem ser também investigados a partir do modo peculiar como construíram seu arcabouço teórico sobre a condição juvenil.

Pais (1990), ao examinar um conjunto expressivo de autores que se dedicaram ao tema da juventude na sociologia, realiza um esforço de sistematização, configurando, ao menos, dois grandes blocos que indicam a construção social do campo de estudos: o

primeiro compreenderia os trabalhos que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase nos aspectos geracionais; para outros a temática estaria subsumida no interior de outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, sobretudo aqueles derivados das diferentes situações de classe (p. 140).

Certa polaridade se estabelece, assim, em torno desses estudos, pois a partir da metade dos anos 60 ocorre um debate no interior da sociologia: trata-se de saber se a juventude “existe” como grupo social relativamente homogêneo, ou se ela é “apenas uma palavra” (Bourdieu, 1980). Para uns, especialmente Morin (1984), a juventude existiria como um grupo de idade identificado aos modelos culturais das sociedades de massas. Para outros, como Chamboredon (1985), a juventude enquanto categoria estaria dissolvida em uma inerente diversidade recoberta pelas múltiplas classes sociais.

Propondo um outro olhar sobre essa aparente dicotomia, Dubet observa que, para se estabelecer um tratamento analítico sobre a noção de juventude é preciso, preliminarmente, reconhecer, que a moderna condição do jovem encerra uma tensão intrínseca. Para esse autor, a experiência desse momento de vida é construída em torno da formação moderna de um mundo juvenil relativamente autônomo e, ao mesmo tempo, como momento de distribuição dos indivíduos na estrutura social (1996).

É evidente, como afirma Atias-Donfut que as divisões sociais acabam por se impor, sem diluí-las, às divisões de idade, existindo mesmo o risco de manipulação das categorias de idade (1996). Para essa autora, a realidade efervescente e essencialmente mutante dos jovens não poderia ser reduzida a uma dimensão unidirecional. Ela não será enfrentada a não ser que se conjugue várias perspectivas para revelar suas diversas facetas e levar em conta sua complexidade. Segundo Atias Donfut três eixos possibilitariam uma aproximação multidirecional da juventude: 1.o período da juventude, no quadro da organização de conjunto das etapas de vida; 2.a inscrição dos jovens na filiação e nas relações de gerações implicando no reconhecimento da distribuição social; 3.a formação de “agregados sociais”, na origem dos movimentos sociais ou formas específicas de ações e expressões, suscetíveis de exercer uma influência nas sociedades (1996).

Embora ocorra um reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de *transitoriedade* como elemento importante para a definição do jovem - da

heteronomia da criança para a autonomia do adulto - o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema². No entanto, a idéia da transição tem sido também objeto de críticas que incidem, ao menos, sob dois aspectos tidos como relevantes: o primeiro diz respeito a uma caracterização da transição como indeterminação; jovens não são mais crianças e também não são adultos, jovens viveriam uma espécie de hiato na acepção de Salem (1986) sendo definidos pelo que não seriam. Assim, este momento cada vez mais alongado no percurso de vida continuaria, paradoxalmente, sofrendo um conjunto grande de atribuições que o desqualificam exatamente porque se trata apenas de uma passagem. O segundo aspecto incide sobre uma necessária subordinação dessa fase à vida adulta, referência normativa caracterizada pela estabilidade em contraste com a juventude, período da instabilidade e das crises. Como afirmam Melucci (1992) e Vianna (1997), este modo de ver a juventude como mera transição decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em posição à pretensa “instabilidade” juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade.

É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. No artigo “*De quoi parle-t-on quand on parle du ‘problème de la jeunesse’?*”, Bourdieu (1986) examina as ambigüidades presentes nessa expressão. Pais (1990) também alerta para as diferenças existentes entre a definição da juventude enquanto problema social e a definição da juventude enquanto problema para análise sociológica. Os estudos de feitiço psicológico tendem a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, irreverência, insegurança e revolta. A sociologia ora investe nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentua a dimensão negativa dos “problemas sociais” e do desvio.

² As formulações de Mannheim constituem contribuições fundamentais sobre o tema da juventude a partir da idéia de transição (MANNHEIM, 1968 e 1982)

Assim, se nos anos 60, a juventude era um “problema” na medida em que podia ser definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações, essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70 os “problemas” de emprego e de entrada na vida ativa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, quase transformando-a em categoria econômica (Pais, 1990, Abramo, 1997).

Do mesmo modo, Jankowski (1992), ao realizar balanço sobre estudos de gangues nos EUA - tema que participa do foco de interesses da sociologia norte-americana desde o início dos anos 20 com a Escola de Chicago - verifica que houve um arrefecimento desses estudos nos anos 60. Nesse momento a atenção dos pesquisadores voltava-se para os movimentos de contracultura e para as manifestações estudantis que atingiam a sociedade norte-americana. A partir da década de 80, as pesquisas sobre gangues ocupam novamente o interesse dos estudiosos, não só em virtude do decréscimo da visibilidade das manifestações anteriores, como em decorrência da escalada de violência juvenil que atingiu o país.

Poderíamos considerar, como hipótese, que na pesquisa em Educação, ênfases temáticas e categorias de análise não se despem das influências das conjunturas históricas e dos processos sociais em que se movem, tornando-se mais ou menos permeáveis a essas situações. Parte importante do seu modo de construção se desvela nessa interação. Mas outro elemento a ser considerado é a dinâmica do próprio campo de conhecimento, caracterizado pela adoção de matrizes disciplinares que, segundo Oliveira (1988), “articulariam de modo sistemático um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes” (p15)³.

Por essas razões cabe realizar, no âmbito da exame da produção de conhecimento, a análise de como um determinado campo de estudos também vem constituindo teoricamente o tema da juventude enquanto objeto de investigação, seus modos de aproximação do

³ Por essas razões Oliveira considera que no âmbito da Antropologia Social - por extensão creio ser pertinente sua análise para o campo da Educação - matriz disciplinar e paradigma não seriam considerados sinônimos. Assim, “à diferença das Ciências Naturais, que os registram em sucessão - num processo contínuo de substituição - na Antropologia social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das ‘revoluções científicas’ . Discorda assim de Kuhn (1975), pois nesse campo pode ocorrer a convivência, muitas vezes em um mesmo país ou em uma mesma instituição de várias matrizes. As idéias de Oliveira foram citadas por Maria Armanda Arruda (1995) em seu artigo sobre Florestan Fernandes e a

fenômeno em questão, seus recortes principais e, se possível, suas relações com os processos históricos que permitiram a visibilidade desse segmento na sociedade brasileira nos últimos anos.

A adoção desse escopo não isenta o pesquisador da necessidade de utilização de critérios explícitos de classificação, mas essa exigência deve contemplar a idéia de um certo grau de flexibilidade para possibilitar, inclusive, o exame de estudos que realizaram aproximações indiretas sobre a temática.

A fixação de alguns critérios relativos à faixa etária constituiu o procedimento inicial e útil para a seleção dos trabalhos, pois compreende uma primeira delimitação como ponto de partida. Mas, mesmo neste caso - a delimitação da faixa etária - foi preciso considerar as condições sociais em que se opera o desenvolvimento dos ciclos de vida em sociedades como a brasileira⁴. Integramos no conjunto amplo denominado juventude os segmentos etários que vão de 15 a 24 anos, seguindo as orientações de trabalhos na área demográfica (CNPD: 1998). É preciso considerar os estritos limites em que essa delimitação opera e seu caráter preliminar, pois há enorme diferenças de tratamento dos dados inclusive sob o ponto de vista sócio-demográfico. Sob o ângulo restrito das estatísticas, em alguns países europeus, os estudos tendem a alongar os limites superiores da faixa etária pela incorporação da população com a idade de 29 anos (BAUBY e GERBER, 1996). Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase - *a pós-adolescência* - que estaria configurando um período de latência ou de moratória social, pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho formal (CHAMBOREDON, 1985 e MUXEL, 1994). Mas, para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atividades no mundo do trabalho - típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto - tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos.

Escola Paulista de Sociologia. Meu contato posterior com as formulações de Roberto Cardoso de Oliveira decorre, assim, da leitura do estudo de Arruda (p.123).

De qualquer modo, a delimitação da faixa etária para levantamento das dissertações e teses não implica em mera atribuição burocrática, mas sofreu cuidadoso critério de definição da pertinência ou não do estudo em questão, possibilitando, em alguns casos, a incorporação de pesquisas de faixas etárias um pouco anteriores ou superiores ao universo 15-24 anos.

As questões acima enunciadas são, visivelmente, expressão de processos históricos peculiares que resultaram, nos últimos anos, na superação do “modelo de instalação” na passagem para a vida adulta (GALLAND, 1991). Para Galland, a entrada na vida adulta significa ultrapassar três etapas importantes, delimitadas pela partida da família de origem, pela entrada na vida profissional e pela formação de um casal. Segundo este autor, os segmentos operários eram caracterizados, no início do século, pela instantaneidade da passagem da infância à vida adulta e pela concordância necessária dessas três etapas. Em oposição, o modelo burguês delineava-se pela idéia do “diletantismo” que possibilitava adiar o momento e as etapas definitivas de entrada na vida adulta sem renunciar, no entanto, a conhecer certas formas de independência.

As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século XX, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais e as condições diferenciais de acesso ao mundo do trabalho - sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna - exigiram novas modalidades de compreensão para essa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas. Chamboredon (1985) propõe, assim, a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta. Em decorrência, tanto a *descristalização*, significando dissociação no exercício de algumas funções adultas, e a *latência*, que separa a posse de alguns atributos do seu imediato exercício, seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais. O primeiro caso - a descristalização - oferece como exemplo o exercício das atividades adultas da sexualidade já na puberdade, dissociado das funções reprodutivas e familiares. O segundo caso - a latência - seria ilustrado pela situação de posse de habilitação profissional oferecida pelo sistema escolar sem o imediato ingresso no mercado de trabalho, situação típica de países

⁴ De acordo com Chamboredon o conceito de ciclo de vida, útil para fins descritivos, pode ser enganador se ele sugere a determinação natural dessas etapas e o caráter universal, homogêneo e estável de seu conteúdo (1985).

como a França (CHAMBOREDON, 1985, 21). Considerando as relações presentes nos modos de reprodução das diversas classes sociais, torna-se também um desafio conceber a multiplicidade e a desconexão das diferentes etapas dessa passagem para a vida adulta, incorporando as situações peculiares da vida urbana e rural e as inevitáveis dimensões de gênero, tão pouco consideradas nos estudos sobre juventude⁵.

Nessa mesma direção, Atias-Donfut (1996) afirma que a entrada na vida adulta se faz cada vez de modo progressivo segundo etapas variáveis e “desreguladas” ou “desnormalizadas”. Estaríamos, assim, diante da “desinstitucionalização” do ciclo de vida ternário, centrado sobre o trabalho e da “descronologização” do percurso das idades que participa, assim, na reconstrução dos grupos sociais, com a entrada no mercado de trabalho dos velhos jovens e a saída dos jovens velhos (KOHLI, apud ATIAS-DONFUT, 1996).

As observações anteriores incidem sobre o fato irrecusável do *alongamento da transição* como produto da modernidade, que exige, cada vez mais considerar a juventude como um momento do percurso de vida capaz de reter sua peculiar forma de vivê-lo e menos como mera etapa preparatória para a vida adulta. No entanto, como afirma Chamboredon (1985) não se trata de uma simples extensão da duração dessa fase mas de um processo de reestruturação e recomposição dos atributos sociais da juventude e das formas de inserção da maturidade nas sociedades modernas.

Além do critério etário e dos cuidados teórico-metodológicos de sua adoção, foi preciso recorrer a outros procedimentos que permitiram incorporar **os usos associados, ainda que indiretamente, à noção de juventude**⁶. Esses procedimentos foram essenciais, pois, como se trata de um campo de pesquisas ainda em constituição, a própria categoria jovem, enquanto momento do percurso de vida, pouco aparece na maioria das teses e dissertações selecionadas. Tratando-se de pesquisas realizadas na área da educação, observa-se que o modo mais freqüente de identificação dos sujeitos foi a partir da condição de aluno ou de estudante, mas também foi recorrente a designação estudante-trabalhador, indicando outras dimensões presentes na experiência juvenil brasileira. Parte significativa da produção discente recorreu ao descritor adolescente, aproximando-se das orientações calcadas na psicologia da educação

⁵ A essas situações poderiam ser acrescentados os temas relativos às etnias.

⁶ Esse uso é também reconhecido por Mauger (1994)

Por essas razões, embora a ênfase do Estado do Conhecimento seja o tema da juventude tal como vem sendo trabalhado pela Sociologia, tornou-se inevitável a incorporação dos estudos que examinaram os adolescentes a partir do olhar da Psicologia, disciplina responsável pelas orientações teóricas de parte significativa da produção discente⁷.

De posse desses critérios iniciais foi preciso percorrer a vasta produção do período (1980-1998), sintetizada nos resumos publicados pelo CD-ROM da ANPEd, compreendendo 1167 Teses e 7500 dissertações, perfazendo um total de 8667 trabalhos⁸. Desse conjunto, foram identificadas 332 dissertações e 55 teses (Tabelas 1), correspondendo a 4,4% da produção total em Educação⁹.

Tabela 1 – Distribuição da produção discente em juventude por períodos

Períodos	Dissertações	Teses	Total	Total %
1980/1984 (5 anos)	55	1	56	14,5
1985/1989 (5 anos)	61	12	73	18,9
1990/1994 (5 anos)	64	12	76	19,6
1995/1998 (4 anos)	152	30	182	47
Total	332	55	387	100

Embora a presença dos estudos sobre juventude seja reduzida no interior da produção discente global na área da Educação, observa-se sensível crescimento, pois cerca de metade da produção está concentrada nos últimos quatro anos (1995/1998), período em

⁷ Não foram classificados os estudos que trataram de componentes específicos do processo de ensino e aprendizagem - os de natureza estritamente pedagógica - que visavam a uma percepção de questões relacionadas ao modo como ocorre a absorção de conceitos, conteúdos e novas metodologias de ensino. Não constam também do levantamento as dissertações e teses que examinaram populações portadoras de algum tipo de deficiência. Sobre a forte presença dos temas psicológicos na pesquisa em educação consultar Warde (1993).

⁸ Duas observações devem ser feitas diante de possíveis falhas no levantamento: a primeira reside na sistemática de documentação pois nem sempre os Programas de Pós-Graduação conseguem enviar todos os resumos dos trabalhos defendidos, não importando, aqui, os motivos que dificultam essa tarefa. Assim, o próprio CD_ROM da ANPEd pode conter algumas omissões, fato que foi comprovado no desenvolvimento do levantamento; a segunda incide sobre a fonte inicial que é o resumo produzido pelo autor do trabalho. Há disparidades visíveis na qualidade dos resumos que provocam, em algumas ocasiões, sérias dificuldades de compreensão da natureza da pesquisa, seu objeto e formas de investigação.

⁹ Embora tenha sido possível levantar os resumos de trabalhos do ano de 1980, mediante listagens oferecidas pela ANPEd, os dados globais da produção não integram esse ano porque o CD-ROM, que reuniu as informações contidas em todos os cadernos, oferece informações apenas a partir do ano de 1981.

que, de modo relativo, o tema ganha maior participação na área como um todo¹⁰. Apesar de ser significativo, mesmo em termos relativos, o incremento da produção discente em juventude, é preciso considerar que nesse mesmo período se observa, também, um crescimento expressivo no número total de teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação. Por essas razões é ainda prematura qualquer suposição em torno de um maior interesse sobre esse campo de investigações no interior da área da Educação, embora seja possível inferir que a partir de meados da década de 90 tenha havido um crescimento que se estabiliza em torno de 5,5 % da produção nacional.

Algumas instituições se destacam na pesquisa em torno do tema da juventude, como a PUC/SP, UFRGS, UNICAMP, USP, UFRJ e PUC/RS. No entanto, um olhar cauteloso sobre os dados é necessário, pois se trata de um grupo antigo de programas de Pós-Graduação, fato que, inevitavelmente colabora para os maiores índices na produção discente (Tabela 4). Em decorrência do próprio movimento de expansão da Pós-Graduação, observa-se, também, que 84% da produção localiza-se na região sudeste. A dispersão do número de orientadores é significativa, para um total de 387 trabalhos foram identificados 252 professores nessa condição. Apenas alguns professores apresentaram maior concentração de dissertações e tese orientadas. No entanto há que se reconhecer o fato de que vários pesquisadores ingressaram há pouco tempo como orientadores da Pós-Graduação em Educação, implicando em uma frequência baixa de teses orientadas na temática. Assim, o número de trabalhos por orientador não pode significar, isoladamente, ausência de interesse no tema, mas é inegável que revela, ao menos, uma grande dispersão sob o ponto de vista da área como um todo.

O agrupamento das teses e dissertações levantadas foi realizado a partir dos seus recortes temáticos, sendo privilegiado o que o autor considerou como objetivo principal do texto. Cientes da inevitável arbitrariedade das decisões de cunho metodológico, sempre que possível apontamos as eventuais superposições temáticas de modo a indicar ao leitor caminhos alternativos de acesso aos estudos. Embora as ênfases estivessem centradas na Sociologia e Psicologia da Educação foi possível perceber, como um traço da produção sobre juventude, certa fluidez ou ambigüidade diante de suas matrizes disciplinares¹¹.

¹⁰ A frequência maior no primeiro período (1980/1985) decorre da forte presença dos estudos de inspiração psicológica.

¹¹ Este é um traço que marca também outros campos de investigação na área da educação.

Muitos trabalhos embora pretendessem adotar uma perspectiva eminentemente sociológica, de fato, recorreram a um conjunto de formulações filosófico-políticas ou mesmo pedagógicas que acompanharam o debate na área da Educação em determinadas conjunturas políticas. Mesmo no âmbito da psicologia da educação, o campo disciplinar foi definido de forma ambígua, embora seja importante apontar que é a partir dessa disciplina que se constituiu a investigação em educação, resultando em uma forte presença nos estudos sobre juventude no início da década de 80. A crítica ao “psicologismo”, estabelecida no final dos anos 70, pelo seu caráter redutor da realidade do sujeito ou da instituição escolar implicou, para muitos pesquisadores, a exigência de ampliação de seus referenciais, de modo a legitimar o seu próprio interesse disciplinar. De certo modo ocorre, como efeito contrário, um “sociologismo” estreito ou, ao menos, uma imbricação nem sempre bem articulada entre a teoria psicológica e uma adesão a pressupostos filosófico-pedagógicos capazes de fazer a crítica da escola e da sociedade¹².

Considerando-se apenas o tema principal, foi possível classificar o conjunto da produção discente em dez eixos capazes de aglutinar os interesses da pesquisa sobre juventude, nos últimos dezoito anos (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição da produção em juventude por temas/períodos

Temas/Períodos	% 1980/1984	% 1985/1989	% 1990/1994	% 1995/1998	% Total
Jovem, trabalho e escola	21,4	19,3	36,9	14,3	20,7
Aspectos Psicossociais adolescentes	35,7	21,9	11,9	17	19,7
Adolescentes em processo de exclusão social	10,7	8,2	9,2	24,8	16,6
Estudantes e jovens universitários	16,1	17,8	15,8	11	14
Juventude e escola	12,5	16,4	13,1	11,6	13
Jovens e Participação Política	0	6,8	5,3	7,7	5,9
Mídia e juventude	1,8	4,1	2,6	3,8	3,4
Jovens e violência	1,8	1,4	3,9	3,3	2,8
Grupos Juvenis	0	1,4	1,3	3,8	2,1
Jovens e adolescentes negros	0	0	0	2,2	1
Outros	0	2,7	0	0,5	0,8
Total	100	100	100	100	100

¹² A análise das principais referências teóricas evidencia um recorrido de autores, tanto presentes nos trabalhos de cunho sociológico como psicológico, tornando difícil estabelecer muitas vezes a filiação disciplinar do estudo.

As relações entre trabalho e educação – ensino fundamental e médio - no âmbito da faixa etária ocuparam 21,3% dos temas, incluindo a pesquisa sobre os estudantes trabalhadores e os cursos noturnos¹³, sendo este o assunto com maior número de dissertações e teses no interior dos estudos sobre juventude.

Um foco de estudo bastante importante durante todo o período examinado se constitui no exame dos aspectos psicossociais do comportamento dos adolescentes envolvendo valores, julgamento moral, capacidade crítica, representações, sexualidade, drogas, relações familiares, gênero e identidade, integralizando 19,7% da produção total.

As relações dos jovens com a escolaridade são tratadas em três momentos: o primeiro - **Juventude e Escola** – examina tanto os níveis de ensino fundamental como médio sob a perspectiva do aluno; o segundo momento prolonga-se no exame da tríade - **Jovens, Mundo do Trabalho e Escola** - quando é enfatizada a experiência do aluno da educação básica que trabalha. Nesse caso os cursos noturnos, a profissionalização, a escolha profissional e dos significados do trabalho tornam-se o eixo privilegiado de interesse; o terceiro momento - **Estudantes universitários** – reúne a produção que estudou os alunos do ensino superior no Brasil e encerra o conjunto de pesquisas que privilegiaram as relações dos jovens com a instituição escolar. É possível, pois, perceber a força expressiva dessa temática uma vez que as relações dos jovens com as formas institucionais do processo educativo, compreendendo a escola (ensino fundamental, médio e superior), significaram 47,6 % dos assuntos tratados nas dissertações e teses. Nesse conjunto, constituído por três temas, podem ser observadas, ainda, algumas diferenças importantes. A pesquisa sobre os alunos do ensino superior ocupou menor atenção e apresenta índices declinantes na produção discente que privilegiou, sobretudo, a educação básica e média (Jovem, trabalho e escola e Juventude e escola)¹⁴.

De modo surpreendente, o tema dos adolescentes em processo de exclusão social, recente na pesquisa educacional, recobriu 16,5 da produção discente sobre juventude, ultrapassando assuntos tradicionais, como a relação dos jovens com a escola ou o próprio

¹³ O tema do curso noturno superior e o aluno que trabalha está integrado no bloco de estudos sobre os Estudantes universitários.

¹⁴ A produção sobre os jovens no ensino superior dedicou-se, ao estudo do destino ocupacional e expectativas profissionais dos alunos, buscando traçar seu perfil. Como exemplo, citaríamos estudos que trataram de carreiras, como enfermagem, medicina, etc.

ensino superior. O foco privilegiado de interesse incidiu sobre os programas – estatais e civis - destinados ao atendimento dessa população, o perfil e sociabilidade desses grupos.

O estudo da participação política do jovem, sobretudo aquela derivada da participação estudantil, embora ocupe o interesse de alguns pesquisadores no final dos anos 60, configurando uma importante produção das Ciências Sociais no Brasil, tem fraca presença nos estudos educacionais sobre juventude (5,9%).

Há, finalmente, um conjunto de temas considerados emergentes, compreendendo 10% do total da produção, porque alargam o espectro de investigações e revelam, ao mesmo tempo, eixos ainda pouco explorados como é o caso dos jovens em sua relação com a mídia, os grupos juvenis e a violência. No entanto surpreende a minguada participação da temática racial ou étnica¹⁵ - crucial para uma compreensão mais densa da sociedade brasileira e das desigualdades educacionais – nas pesquisas sobre os jovens e adolescentes, perfazendo 1% do total da produção sobre juventude, somando apenas 4 trabalhos. Os estudos sobre juventude e gênero estão escassamente disseminados em alguns dos subtemas, evidenciando, ainda, sua fraca presença na pesquisa discente.

O exame da produção compreendendo a sua evolução temática nos últimos anos revela importantes inflexões na área dos estudos sobre juventude. Há temas mais fortemente presentes na década de 80 que perdem, de modo gradativo, espaço no interior do campo. Este é o caso do estudo dos aspectos psicossociais de jovens e adolescentes que chegou a ter uma presença de 35% no primeiro quinquênio e cai para apenas 17% nos últimos quatro anos. Na mesma direção, observa-se o decréscimo de interesses em torno dos jovens alunos do ensino superior e da escola fundamental e média. A tríade juventude, trabalho e escola passa a ocupar um espaço forte no início da década de 90, apresentando forte declínio no último período. Por sua vez, é visível que o tema dos adolescentes em processo de exclusão se configura como interesse mais forte somente a partir de 1995, quando passa a ocupar 25% do total da produção sobre juventude. A participação política, os jovens e a mídia e, mesmo, o tema da violência apresentam presença estável nos últimos anos. No entanto, os temas abrangidos pelo estudo dos grupos juvenis e dos adolescentes

¹⁵ Alguns dos estudos sobre grupos juvenis enfatizaram também a questão do negro, especialmente aqueles que estudaram alguns dos estilos musicais que aglutinam a presença juvenil.

negros se configuram como interesses bem recentes, pois os trabalhos foram concluídos somente a partir de meados da década de 90.

TRILHAS ABERTAS PARA A ANÁLISE

Várias interrogações se impõem ao investigador, após o exame desses dados resultantes do levantamento empreendido sobre a produção discente na Pós-Graduação em Educação de 80 a 98.

A pequena participação do que amplamente poderíamos designar como o campo dos estudos sobre juventude na área da Educação decorre das características da própria produção, marcada pela dispersão e variação temática, de acordo com as análises responsáveis pela avaliação acadêmica da área (GATTI, 1983 e WARDE, 1993). Assim, a “dispersão e a variação temática continuam a ser características predominantes sobre a unidade e a continuidade. Não se trata de diversidade, traço positivo a ser conquistado e preservado, mas de: a) fragmentação dos temas numa multiplicidade de subtemas ou assuntos; b) pulverização dos campos temáticos e c) descontinuidade no trato dos assuntos” (WARDE, 1993, 69).

Mas a investigação realizada por Warde aponta, também, a preferência por temas pedagógicos, apresentando um índice rápido de crescimento na época (1982-1991), principalmente os trabalhos sobre o ensino de disciplinas ou áreas de estudo, compreendendo gama variável de aspectos tais como metodologias, técnicas de ensino, didáticas, planejamento, entre outros (1993, 57).

A ênfase nas pesquisas de natureza estritamente pedagógica, de acordo com Warde, parece decorrer da entrada na Pós-Graduação, nos anos 80, de um número não desprezível de professores e técnicos de ensino ligados, por formação e atuação, à educação básica e, em menor quantidade, ao ensino superior. Ao que tudo indica, interessados em compreender a escola, esses pesquisadores voltaram-se, sobretudo, para a investigação de aspectos pedagógicos, revelando forte interesse no processo de aprendizagem mas com escassa ênfase no movimento de se buscar conhecer o aluno em sua condição complexa, no nosso caso adolescentes ou jovens, enquanto sujeitos ao quais se destinam a atividade educativa da escola.

Tal fato parece auxiliar, também, na explicação do isolamento da área em relação às demais ciências humanas, estabelecendo apenas em alguns temas e por parte de alguns pesquisadores “um diálogo diferenciado com outras áreas de investigação social” (WARDE, op. cit., 69).

Essas questões iniciais já permitem uma indagação importante. No campo de estudos sobre jovens, consolidado nesse conjunto de dissertações e teses cujos dados foram apresentados, percebe-se a sua fraca participação se considerarmos a totalidade da produção da área, nos últimos dezoito anos. Mas, nas teses e dissertações reunidas, estaria ocorrendo esse diálogo apontado por Warde, mediante a constituição de uma área, ainda que incipiente, de estudos sobre jovens no interior da pesquisa em Educação? Ou, reduzindo as expectativas, propondo a questão de forma mais modesta, poderíamos admitir a hipótese de que no interior dos estudos sobre a Educação estaria sendo contemplada, ainda que em caráter incipiente, uma forma de aproximação inspirada nas disciplinas compreendidas pelas Ciências Sociais para a análise do sujeito ao qual se destina o processo educativo, particularmente na faixa etária que recobre os segmentos juvenis? Apesar de seu decréscimo na década de 90, seriam ainda os estudos de cunho psicológico o campo privilegiado de interlocução com outras áreas de investigação científica, no caso a Psicologia?

Trata-se de abrir algumas hipóteses em torno de uma produção muito desigual quanto à sua qualidade. Há problemas na elaboração das dissertações e teses que reproduzem algumas limitações já verificadas em outros eixos do conhecimento na área da educação: formulação teórica frágil, em geral inspirada em fontes secundárias e não nos próprios autores já considerados clássicos na respectiva área de estudos; escasso diálogo com o corpo teórico da disciplina de origem – Sociologia e Psicologia - ; dissociação entre o enunciado teórico e a parte empírica; e, finalmente, trabalhos conduzidos de forma apressada sob o ponto de vista empírico, muitas vezes distantes de qualquer rigor nas estratégias de investigação.

A produção discente sobre juventude é, também, fortemente influenciada pela centralidade da escola, provocando uma forte adesão ao estudo do jovem a partir de sua condição de aluno. Como afirma Dubet, essa ênfase na condição de estudante ou de aluno é até compreensível e faz com que os estudos sobre a juventude, sobretudo os de cunho

sociológico, se desloquem, necessariamente para uma análise ou sociologia da escola, *“isso não significa que os jovens não sejam mais definidos por suas origens sociais, mas que a posição no sistema escolar torna-se um dos fatores essenciais da organização das experiências juvenis”* (DUBET, 1996, p.28).

Mas um dos limites dessa produção discente sobre o aluno ou o estudante, residiria na inexistência de nexos empíricos e teóricos capazes de absorver outras dimensões da experiência socializadora e da sociabilidade do educando que afetariam os patamares em que se dá a sua vida escolar. As pesquisas estariam, assim, privilegiando no estudo do sujeito apenas a sua condição mais visível de aluno, desfigurada do seu modo efetivo de existência.

Quando a relação do aluno com a instituição escolar foi proposta como objeto de pesquisa, quase sempre foi evidenciada a idéia do fracasso escolar como eixo forte de interesse por parte dos alunos da pós-graduação. Os fatores econômicos foram, inicialmente, a variável capaz de explicar todas as situações de desajuste da escola que culminavam com a exclusão escolar - da escola e na escola - , na acepção de Ferraro (1999). Com o decorrer dos anos, as dimensões propriamente escolares desse processo começam a aparecer, assumindo os estudos, muitas vezes, um tom de denúncia. No entanto, essa atribuição de razões para o insucesso na escola acaba por assumir caráter extremamente reiterativo. Apesar de Zaia Brandão, em 1983, ter apontado a exaustão do tema do fracasso escolar como objeto de pesquisa, houve ainda tanto nos anos 80 como na década de 90 um conjunto de estudos que sistematicamente repetiu conclusões já observadas em trabalhos anteriores (BRANDÃO, 1983).

Um ponto importante de inflexão nesse universo de dissertações e teses se verifica na adoção da categoria estudante-trabalhador no âmbito das investigações que também procuraram entender a escola noturna e as relações entre educação e trabalho. Ou seja, para grande parte da população escolar, a categoria aluno não possibilitaria uma aproximação mais global de suas práticas escolares, interesses e modos de sociabilidade. Por essas razões, a pesquisa voltou-se para o exame dessas formas híbridas que caracterizariam a experiência educativa da maioria da população de origem trabalhadora da sociedade brasileira que está no ensino fundamental e médio, tanto em sua modalidade regular como supletiva. Focalizando a precariedade e a inadequação da escola, há um conjunto de teses

que tratou da experiência dos alunos trabalhadores, evidenciando a distância da escola do mundo do trabalho. Mas, esse reconhecimento, ao se tornar reiterado em todo o período, provoca, também, certo esgotamento na pesquisa que acaba por repetir conclusões de estudos anteriores, sem apontar de fato, um conhecimento novo. Mesmo assim, é preciso reconhecer que ao traçar um quadro extremamente repetitivo das condições escolares e de sua distância do mundo dos alunos trabalhadores, a pesquisa discente retrata, na verdade, a inércia do sistema escolar público no Brasil que não consegue enfrentar essa realidade de modo satisfatório. Mas é evidente que experiências de políticas públicas recentes, sobretudo no âmbito municipal poderiam estar apontando outros caminhos, demandando, assim, um conjunto novo de investigações.

De qualquer modo, fica nítido o fato de que a compreensão da vida escolar está exigindo, também, novos aportes da pesquisa, uma vez que além da sua frágil capacidade de transmissão de conhecimentos e valores considerados legítimos pela sociedade, estaria ocorrendo no seu interior a emergência de formas de sociabilidade juvenil não contempladas nas investigações (DUBET, 1991; DUBET e MARTUCCELLI, 1996). Ao que tudo indica estaria ocorrendo um padrão de esgotamento das análises sobre a escola no Brasil que privilegiariam apenas a experiência pedagógica e os mecanismos presentes na distribuição do conhecimento escolar sem levar em conta outras dimensões e práticas sociais em que está mergulhado o sujeito, aspectos cruciais a apontar os limites da ação socializadora dessa instituição ¹⁶.

Se essa suposição é correta, as investigações mais recentes recorrem a novas abordagens, incluindo aquelas que dizem respeito às formas associativas e de expressão cultural dos segmentos juvenis, na medida em que se acentua a crise da escola e sua capacidade de intervenção socializadora sobre a população em idade escolar.

A evidência mais nítida dessa inflexão reside no acentuado crescimento da produção discente em torno do tema dos adolescentes em processo de exclusão social. A conjuntura pós Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - aprovado em 1990, estimulou a investigação em torno das condições e modos de vida de adolescentes que moram nas ruas, nela exercem ocupações ou estão sob o abrigo das instituições públicas ou da sociedade

¹⁶ A tese de doutorado de Guimarães (1995), que privilegiou, no estudo da escola pública da cidade do Rio de Janeiro, as suas relações com as galeras de jovens e o narcotráfico traduz essas tentativas de novos aportes.

civil. A designação “processo de exclusão social” reúne de forma ampla um leque de situações e sujeitos designados pelos pesquisadores de modo bastante impreciso. Ora são menores carentes, trabalhadores de rua, meninos de rua, crianças excluídas, etc. Enquanto campo novo de interesse da pesquisa discente, torna-se necessário, preliminarmente, que a própria área reconsidere o uso indiscriminado da expressão *exclusão* que passa a recobrir gama tão variada de situações e empobrece o seu uso. Ao ignorar os fenômenos da nova desigualdade e da inserção precária, como afirma Martins, retira-se da noção o seu caráter processual e se estabelece, na prática, uma atribuição estática da condição do sujeito (MARTINS, 1997).

Do ponto de vista da luta política a adoção uniforme de designações como meninos e meninas de rua, por exemplo, para cobrir a ampla faixa atingida pela proteção da legislação, revelou, em algumas situações sua eficácia em introduzir nova esfera de legitimidade: a idéia de sujeitos de direitos em populações alvo do estigma diante de sua condição de “menores”. Mesmo assim, como alerta Rosemberg (1993), tais designações na maioria das vezes têm agravado certos estereótipos ao invés de enfraquecê-los. Mas essa prática, sob o ponto de vista da produção do conhecimento, é expressão de um grau acentuado de indefinição teórico-metodológica e de tratamento uniforme de situações psicossociais extremamente diversas. Essa imprecisão dificultou, até a identificação dos sujeitos escolhidos para a investigação, pois adolescentes e crianças foram tratados como categorias dissolvidas sobretudo em uma idéia abstrata de infância¹⁷. Por outro lado, não localizamos nenhuma dissertação ou tese que examine a problemática de jovens em processo de exclusão na faixa etária que ultrapassa a maioridade legal, caracterizando, na área, uma produção de certo modo aprisionada pelos limites jurídicos fixados pela legislação em torno da maioridade.

Um traço marcante na produção discente sobre juventude, tal como se observa na pesquisa educacional como um todo, decorre de sua feição propositiva. Em 1955, ao realizar um balanço das tendências predominantes no pensamento sociológico sobre a Educação, Antônio Cândido identificava três grandes orientações: uma primeira - filosófico-sociológica - qualificada por suas preocupações em definir o caráter social do

¹⁷ É muito comum localizarmos trabalhos que pretende avaliar experiências, projetos sem ao menos distinguir os sujeitos e sua peculiar inserção no percurso de vida. Por outro lado, a idéia de infância resgatou, de forma bastante positiva, a importância do direito a uma existência digna nesse momento do percurso vital.

processo educativo, estabelecendo as articulações gerais entre o funcionamento da sociedade e a educação; a segunda vertente - pedagógico-sociológica - buscava os elementos teóricos que pudessem ser traduzidos na possibilidade do bom funcionamento da escola, mas se transformava em componente da Pedagogia e da Administração Escolar; e, finalmente, um ramo em vias de constituição, a Sociologia da Educação, que tentava ao mesmo tempo afastar-se do caráter especulativo da primeira tendência e do imediatismo presente na segunda orientação (CÂNDIDO, 1973).

Ao que tudo indica, a produção discente na área de juventude, tanto aquela inspirada na Psicologia como na Sociologia da Educação, reiterou a vertente pedagógico-sociológica ou, ampliando o uso da expressão de Cândido, pedagógico-psicológica, não pelo caráter imediatista das análises que visavam à superação dos problemas enfrentados pelos jovens e adolescentes na sociedade brasileira, mas por uma vocação voltada para a afirmação de princípios sobre a educação que defendiam a necessidade do seu componente crítico e muitas vezes revolucionário.

Percebe-se, sobretudo nos anos 90, alguma mudança em direção a um maior rigor analítico e certa moderação no discurso político-propositivo em grande parte da produção discente mais recente. Contudo, em temas ainda pouco investigados - como a questão da adolescência em processo de exclusão - permeados pela conjuntura política, o tom militante e engajado ainda prevalece na maioria dos estudos. É preciso ressaltar que a indignação e o compromisso ético-político não são, *a priori*, orientações negativas da pesquisa. Critica-se aqui, um conjunto de perspectivas que fazem do envolvimento com o próprio objeto fator de empobrecimento do rigor intelectual e da perspectiva crítica inerente ao pensamento teórico.

Outra tônica bastante freqüente na produção discente, sobretudo a partir da década de 90, incidiu sobre a dominância quase absoluta dos estudos de natureza qualitativa¹⁸. A área, como um todo, fez a crítica à orientação positivista presente em um amplo conjunto das investigações de feição quantitativa, trilhou outros caminhos, abrindo veredas nos estudos qualitativos, sobretudo a partir dos anos 90, recorrendo à Antropologia ao se inspirar na vertente etnográfica.

¹⁸ Cerca de 50% dos trabalhos consultados declararam realizar estudos de caso, além de um número razoável apoiar-se em outras estratégias de natureza qualitativa como a pesquisa ação e a pesquisa participante, a etnografia, entre outras.

Em alguns casos foi sensível o avanço na compreensão densa de fenômenos que exigiram estudos em profundidade de práticas e orientação, como é o caso de algumas pesquisas sobre a escola. Mas, também, observou-se um duplo empobrecimento: de um lado a adoção apressada de recursos metodológicos nascidos em outras disciplinas banalizou a própria pesquisa de feição qualitativo cujos resultados, muitas vezes, foram pobres sob o ponto de vista da produção de conhecimento novo; de outro, desprezou a enorme contribuição que os estudos de natureza estatística podem oferecer ao investigarem grandes grupos. Poderíamos de certo modo afirmar que a ausência dos grandes diagnósticos e quadros oferecidos pelos estudos quantitativos resultou em sérios limites para as abordagens qualitativas que não conseguiram formular novos problemas e hipóteses para a pesquisa. Trata-se da repetição, sob o ponto de vista metodológico, de uma dicotomia estabelecida entre as abordagens micro e macro sociais, como afirma Zaia Brandão, que tem atravessado a produção de conhecimento na área da Educação (BRANDÃO, 2000).

Finalmente, resta apontar que o conjunto da produção discente sobre o jovem, em geral, procurou estabelecer uma compreensão de sua condição a partir, sobretudo, de opiniões emitidas por esse sujeito nas situações que marcavam sua experiência, principalmente a escolar, tendo sido essa instituição o ponto de partida da maioria das pesquisas. Mas uma área de estudos sobre juventude, que privilegie os jovens na condição de sujeitos, é mais do que o levantamento de suas opiniões. Assim, apesar do volume significativo de teses e dissertações, pode-se afirmar que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude.

Resta o consolo da experiência de outros países como a França. Não obstante o maior desenvolvimento dos estudos sobre juventude, Mauger (1994) ainda aponta em seu balanço que a *Sociologia da Juventude*, enquanto domínio de pesquisa sociológica nesse país, revestido de forte audiência política e de intenso teor profético ainda padecia de fraca legitimidade científica e pouca consistência teórica no início dos anos 90. Propunha, esse autor, a seguinte questão, é necessário ajudá-la a ser ou a desaparecer?

Para nós essa indagação se apresenta de forma mais aguda, pois só recentemente o tema da juventude tem aparecido no debate público e político, recoberto pelos processos de

exclusão social que atingem crianças e adolescentes nas denominadas “situações de risco”. A ampla faixa que completa dezoito anos só se constitui interesse pelos índices de violência e homicídios associados a esse segmento. Até recentemente, a fraca visibilidade da questão na esfera pública brasileira, aliava-se à fraca penetração no âmbito da pesquisa educacional, demandando inúmeros esforços de adensamento teórico.

Hoje a sociedade brasileira de certa forma volta sua atenção para o tema da juventude, sobretudo pelo reconhecimento da ausência de políticas públicas voltadas para esses segmentos. O crescimento do interesse pelo tema da juventude também se intensifica nos últimos anos. Os trabalhos mais recentes na área da Educação, a partir de meados dos anos 90, tendem a se perfilar mais fortemente no campo da sociologia, permanecendo um conjunto importante de pesquisas sobre adolescência de inspiração psicológica. Os estudos sobre o mundo do trabalho e os jovens, mídia, etnia, grupos juvenis, participação política e violência constituem focos temáticos que concentraram nos últimos anos perspectivas bastante promissoras. Os dois eixos teóricos estruturantes da produção discente sobre juventude – Sociologia e Psicologia - parecem acenar com novas possibilidades e certamente seriam enriquecidos se houvesse uma abertura para a perspectiva da história, ainda ausente nesse tipo de investigação¹⁹. Talvez estejam sendo criadas as condições para um diálogo mais fecundo e promissor com os demais campos disciplinares externos à área da educação, mas próximos pela afinidade temática, de modo a se constituir uma área sólida de investigação em torno dos estudos sobre juventude no Brasil.

¹⁹ São pouquíssimos os estudos que buscaram uma perspectiva histórica, dentre eles se inserem os que investigaram o movimento estudantil na década de 60 e 70. Embora seja corrente o fato de a juventude é uma invenção da modernidade, estudos de feição histórica como aqueles desenvolvidos por Levi e Schmitt (1996) certamente enriqueceriam nossa compreensão sobre os modos como foi sendo construída socialmente a passagem da infância para a idade adulta na sociedade brasileira e suas principais representações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (1995). “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo : IDESP/FAPESP, v. 2.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine (1996). “Jeunesse et conjugaison des temps”. **Sociologie et sociétés**. Vol. XXVIII, número 1.
- BAUBY, P e GERBER, T (1996). **Singulière jeunesse plurielle**. Paris: Publisud.
- BRANDÃO, Zaia. (2000). **Para além das ortodoxias: a dialética micro/macro na sociologia da educação**. Trabalho apresentado na XXIII Reunião Anual da ANPED, versão em CD Rom.
- _____. **A escola em questão. Evasão e repetência no Brasil** (1983). Rio de Janeiro: Achiamé.
- BOURDIEU, P (1980). “La jeunesse n’est qu’un mot”. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit.
- _____. (1986). “De quoi parle-t-on- quand on parle du ‘problème de la jeunesse?’”. In: PROUST, François (Org.). **Les jeunes et les autres : contributions des sciences de l’homme à la question des jeunes**. Vaucresson : CRIV.
- CANDIDO, Antonio (1973). “Tendências no desenvolvimento da Sociologia da Educação”. In: PEREIRA, L e FORACCHI, M. **Educação e sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CHAMBOREDON, J C (1985). “Adolescence et post-adolescence: la ‘juvénisation’”. In: ALEON, MORVAN, LEBOVICI. **Adolescence terminée, Adolescence interminable**. Paris : PUF.
- CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Humano (1998). **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 2 volumes.
- DUBET, F (1996). “Des jeunesses et des sociologies. Le cas français”. **Sociologie et sociétés**. Vol. XXVIII, número 1.
- DUBET, François (1991). **Les lycéens**. Paris: Seuil.
- DUBET, F e MARTUCELLI, D (1996). **A L’ école: sociologie de l’expérience scolaire**. Paris: Seuil.
- FERRARO, Alceu (1999). Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Anped, número 12, set./dez.
- GALLAND, Olivier (1991). **Sociologia de la jeunesse: la entre dans la vie**. Paris: Armando Colin.
- GATTI, Bernadete (1983). “Pós-graduação e pesquisa em Educação no Brasil, 1978-1981”. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 44.
- GUIMARÃES, Eloísa (1995). **Escolas, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC/RJ, Tese de Doutorado.
- HADDAD, Sérgio e SPOSITO, Marília Pontes (1999). **Juventude e educação: uma análise da produção de conhecimento**. São Paulo: relatório científico final, FAPESP.
- JANKOWSKI, B (1992). **Les gangs aux États-Unis: bilan de recherches** (mimeo).
- KUHN, Thomas (1975). **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva.
- LEVI, G e SCHMITT J C (1996). **História dos Jovens**. São Paulo: Cia Editora das Letras, 2 volumes.

- MANNHEIM, Karl (1968). “O problema da juventude na sociedade moderna”. In: **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1.
- _____. “O problema sociológico das gerações” (1982). In: FORACCHI, M. **Mannheim. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática.
- MARTINS, José de Souza (1997). **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus.
- MAUGER, Gérard (1994). **Les jeunes en France: état des recherches**. Paris: La documentation française.
- MELUCCI, Alberto (1992). **Il gioco dell’lo**. Milão: Saggi/Feltrinelli, 1992.
- MORIN, E (1984). **Cultura de massas no século XX. Neurose (vol I)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MUXEL, Anne (1994). “La formation des choix politiques dans le temps de la jeunesse: filiation et expérimentation”. In: CHEVALIER, Jean (Org.). **L’identité politique**. Paris : PUF.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso (1988). **Sobre o pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAIS, José Machado (1990). “A construção sociológica da juventude: alguns contributos”. **Análise Sociológica**, v. 25, n. 105-106.
- PERALVA, Angelina (1997). “O jovem como modelo cultural”. In: **Juventude e contemporaneidade**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, ANPED, números 5 e 6.
- ROSEMBERG, Fúlvia (1993). O discurso sobre criança de rua na década de 80. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 87
- SALEM, Tania (1986). “Filhos do milagre”. **Ciência Hoje.**, volume 5, número 25.
- SPOSITO, Marília Pontes (1997). “Estudos sobre juventude em Educação”. ”. In: **Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação** São Paulo: ANPED, números 5 e 6.
- VIANNA, Hermano (1997). “Introdução”. In: VIANNA, H (org.). **Galerias cariocas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- WARDE, Mirian Jorge (1993). “A produção discente dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil (1982-1991) : avaliação & perspectivas”. In: ANPED/CNPq. **Avaliação e perspectiva na área de educação**.